



REFLEXOS DAS RESOLUÇÕES DA PRIMEIRA REUNIÃO INTERAMERICANA DE ARQUIVOS EM ESFORÇOS POR LEGISLAÇÃO ARQUIVÍSTICA NO BRASIL NA DÉCADA DE 1960¹

Reflejos de las resoluciones de la Primera Reunión Interamericana de Archivos en esfuerzos por legislación archivística en Brasil en la década de 1960

Reflections of the resolutions of the First Inter-American Meeting on Archives in archival legislation efforts in Brazil in the 1960s

Mg. Paulo José Viana de Alencar^{*2}
Dra. Clarissa Schmidt^{**}

Resumo

Organizada principalmente pelo National Archives and Records Service (NARS, EUA) e com apoio do Departamento de Estado (EUA), da Fundação Rockefeller e da Organização dos Estados Americanos (OEA), a Primeira Reunião Interamericana de Arquivos (PRIA) foi realizada em outubro de 1961, em Washington, EUA e foi continuamente destacada como um evento utilizado para várias discussões teórico-metodológicas sobre a Arquivologia na América Latina. Independente disto, o contexto da participação brasileira na reunião foi pouco estudado e, diante disto partimos do seguinte objetivo geral: “Quais são os efeitos da PRIA no desenvolvimento da Arquivologia brasileira?” Dado o caráter qualitativo do problema de investigação, utilizou-se a investigação documental em fontes primárias associadas às instituições vinculadas ao evento, assim como investigação bibliográfica no BRAPCI, Benancib, JSTOR e Google Scholar. Este aparato metodológico permitiu o alcance dos seguintes objetivos específicos: a) compreender o contexto que precedeu a reunião; b) identificar as principais discussões do evento e c) rastrear as consequências de tais discussões no contexto da administração dos arquivos brasileiros participantes do evento. Os resultados sugerem que a PRIA pode ter influenciado em mudanças de elementos da

1 Pesquisa realizada com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Brasil (CAPES).

2 *Magíster en Ciencia de la Información. Universidad Federal Fluminense, Brasil. *E-mail*: alencarpauloj@outlook.com

**Doctora en Ciencia de la Información. Profesora en el Departamento de Ciencia de la Información, Universidad Federal Fluminense, Brasil. *E-mail*: clarissaschmidt@id.uff.br

legislação arquivística da época, assim como pode ter influenciado os primeiros esforços para situar a gestão de documentos sob a responsabilidade de instituições arquivísticas.

Palavras-chave: arquivologia brasileira, arquivologia na América Latina, Primeira Reunião Interamericana de Arquivos.

Resumen

Organizada principalmente por el National Archives and Records Service (NARS, EE.UU.) y con el apoyo del Departamento de Estado, la Fundación Rockefeller y la Organización de los Estados Americanos (OEA), la Primera Reunión Interamericana de Archivos (PRIA) tuvo lugar en octubre de 1961, en Washington, EE.UU. y fue continuamente destacada como un hito para varias discusiones teórico-metodológicas sobre la archivística en América Latina. Sin embargo, en el contexto brasileño ha sido poco estudiada, por lo que se parte del siguiente objetivo general: ¿cuáles son los efectos del PRIA en el desarrollo de la Archivología brasileña? Dado el carácter cualitativo del problema de investigación, se utilizó investigación documental en fuentes primarias asociadas a instituciones vinculadas al evento, así como investigación bibliográfica en BRAPCI, BENANCIB, JSTOR y Google Scholar. Este aparato metodológico permitió los siguientes objetivos específicos: a) comprender el contexto que precedió a la reunión; b) identificar las principales discusiones del evento y c) rastrear las consecuencias de dichas discusiones en el contexto de la administración de los archivos brasileños participantes del evento. Los resultados sugieren que PRIA puede haber influido en los cambios en elementos de la legislación archivística de la época, así como en los primeros esfuerzos por colocar la gestión documental bajo la responsabilidad de las instituciones archivísticas.

Palabras clave: archivística brasileña, archivística en América Latina, Primera Reunión Interamericana de Archivos.

Abstract

Organized primarily by the National Archives and Records Service (NARS, USA) and with the support of the Department of State, Rockefeller Foundation and Organization of American States (OAS), the First Inter-American Archival Seminar (PRIA) took place in October 1961, in Washington, USA and was continually highlighted as a landmark for several theoretical-methodological discussions on Archival Science in Latin America. However, in the Brazilian context it has been little studied, thus, it starts with the following general objective: "What are the consequences of the PRIA in the development of efforts for archival legislation in Brazilian Archival Science?" Given the qualitative nature of the research problem, documentary research was used in primary sources associated with institutions linked to the event, as well as bibliographic research in BRAPCI, BENANCIB, JSTOR and Google Scholar. This methodological apparatus enabled the following specific objectives: a) understand the context preceding the meeting; b) identify the main discussions of the event and c) track the consequences of such discussions in the context of the administration of Brazilian archives participating in the event. The results suggest

that PRIA may have influenced changes in elements of archival legislation at the time, as well as in the first efforts to place document management under the responsibility of archival institutions.

Keywords: brazilian archival science, First Interamerican Archival Seminar, latin american archival science.

1. Introdução

“I am hopeful that the meeting here will improve the techniques which we all have for preserving the record of the past, but that it will do more than that, that it will make it more possible for you and for us to make meaningful this past to our present citizens” (Papers of John F. Kennedy, 1961, n.p.)

O presidente estadunidense John F. Kennedy (1961-1963) proferiu as palavras desta epígrafe em sua aparição diante de um público de proeminentes diretores de instituições arquivísticas latino-americanas que se aglomeravam no Rose Garden, na Casa Branca em 24 de outubro de 1961. Kennedy reiterou posteriormente que “Não há sentido em ter papéis do passado perfeitamente mantidos a menos que eles tenham impacto nas vidas do nosso povo” e, com vistas à ilustração pragmática de sua ideia, o democrata demonstrou sua frustração pessoal sobre o desconhecimento geral dos norte-americanos acerca da influência espanhola sobre os Estados Unidos nos séculos XVI e XVII e, finaliza seu discurso sinalizando interesse em documentos relacionados a Hernan Cortez (1485-1547) que recentemente teriam vindo a público no México (Papers of John F. Kennedy, 1961, n.p., tradução nossa).

A presença do chefe de Estado norte-americano em um evento dedicado exclusivamente a discussões teóricas, metodológicas e políticas acerca dos arquivos, arquivistas e instituições arquivísticas latino-americanas sugere, por si só, um fato digno de análise atenciosa. Adicionalmente, o contexto precedente, os debates e as influências da Primeira Reunião Interamericana de Arquivos (PRIA) sobre muitos aspectos do cenário arquivístico ao sul do Rio Grande tornam o conclave uma pedra-de-toque no desenvolvimento de quadros compreensivos sobre a Arquivologia na América Latina.

Um dos principais idealizadores da PRIA, T.R. Schellenberg, divulgou em 1962 a realização do evento no periódico alemão *Archivalische Zeitschrift*, momento no qual justifica que o mesmo “promoveria o conhecimento profissional dos arquivistas, desenvolvendo dentre eles a solidariedade profissional” (Schellenberg, 1962a, pp. 138, tradução nossa). Para o arquivista norte-americano seria dada atenção especial aos tópicos 1) o escopo do trabalho arquivístico; 2) a extensão que os arquivistas devem ter na gestão de documentos; 3) as relações entre arquivistas e bibliotecários; 4) o treinamento de arquivistas; 5) o desenvolvimento de literatura e terminologia profissional (Schellenberg, 1962a).

Tais temas foram objeto de discussões em Washington D.C., Estados Unidos (EUA), em outubro de 1961 e, de acordo com Vicenta Cortés Alonso (1981) o debate estabelecido

a partir da PRIA representou “o ponto de partida de uma grande atividade profissional para a melhoria dos arquivos e dos arquivistas” (pp. 395), enquanto Aurelio Tanodi (1987) acrescenta a isto o fato de que foi no encontro de Washington que foram feitos os primeiros esforços pela criação da atual Associação Latino-Americana de Arquivos (ALA).

Contemporaneamente foram os estudos de Oporto Ordóñez e Echeverría Molina (2011) e De La Cruz (2011) que suscitaram um olhar memorativo sobre o evento, em função da efeméride de cinquenta anos da realização do encontro latino-americano na capital estadunidense.

Apesar da PRIA ser constantemente mencionada como marco temporal em muitas produções de quadros interpretativos acerca da trajetória de teorias e metodologias da arquivologia na América Latina, enxerga-se uma lacuna no desenvolvimento de uma literatura mais aprofundada sobre os reflexos do evento dentre os limites nacionais das instituições participantes, desta forma isto pode refletir em uma compreensão fragmentada das múltiplas realidades arquivísticas na América Latina que se configurariam a partir do encontro.

Diante deste arcabouço, o presente artigo representa um recorte dos resultados obtidos em uma dissertação de mestrado em Ciência da Informação (Alencar, 2021) defendida no âmbito do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense (PPGCI/UFF), Niterói, Brasil. Nesta oportunidade, busca-se responder à inquietação inicial: “Quais reflexos da PRIA no desenvolvimento de esforços por legislação arquivística na Arquivologia brasileira?” e, para subsidiar tal intento serão seguidas as etapas: a) compreender o contexto precedente da reunião; b) identificar as principais discussões do evento e c) rastrear os reflexos de tais discussões no contexto da administração dos arquivos brasileiros participantes do evento.

Assim, face à natureza qualitativa do problema em tela, o alinhamento metodológico necessário perpassou pela pesquisa documental no Arquivo Público da Bahia, Rockefeller Archive Center, John F. Kennedy Library (EUA) e a análise da correspondência de José Honório Rodrigues, participante brasileiro do evento e então diretor do Arquivo Nacional (1958-1964) com membros da organização da PRIA e outros compartes do encontro (Rodrigues, 1994; Rodrigues, 2004). Além disto, operacionalizou-se também pesquisa bibliográfica nas seguintes bases de dados: BRAPCI, BENANCIB, JSTOR e Google Scholar de acordo com os objetivos específicos supracitados.

Embora em uma primeira perspectiva os resultados desta investigação possam aparentar apenas relevância para a compreensão do desenvolvimento da arquivologia brasileira, ao atentar-se para a análise da constituição dos esforços institucionais que viabilizaram a realização da Primeira Reunião Interamericana de Arquivos, torna-se possível fornecer subsídios para investigações futuras da comunidade de profissionais e pesquisadores da arquivologia de outros contextos nacionais sobre os reflexos da PRIA em seus respectivos países, bem como de uma perspectiva regional da América Latina.

2. Contexto internacional precedente à PRIA: alguns elementos iniciais que fomentaram o diálogo com os arquivos na América Latina

Do ponto de vista institucional a organização da Primeira Reunião Interamericana de Arquivos dependeu fundamentalmente do National Archives and Records Service (NARS), do Instituto Pan-americano de Geografia e História (IPGH), do Departamento de Estado norte-americano e da Fundação Rockefeller. Portanto, torna-se oportuno compreender os contextos destes órgãos, caminhos e condições históricas que conduziram ao alinhamento de interesses que oportunizou o conclave arquivístico de Washington.

Neste sentido é importante compreender que o Departamento de Estado norte-americano foi um organismo que tradicionalmente assumiu responsabilidade pela formulação estratégica das relações internacionais dos Estados Unidos, no qual o financiamento de oportunidades de intercâmbio educacional e cultural com países aliados foram um pilar importante de ação desde sua criação (Espinosa, 1948) e que teve no alvorecer da Guerra Fria (1945-1989), o desafio de dificultar o espalhamento de um ideário contrário aos Estados Unidos.

Assim, historicamente, um dos primeiros movimentos do Departamento neste sentido relacionado aos arquivos foi o de apoiar a criação e manutenção do Instituto Pan-americano de Geografia e História (Coombs, 1964). O Instituto, criado em 1928 como um braço acadêmico da União Pan-americana, teve sua estrutura repensada em 1946, quando incluiu em seu organograma uma Comissão de História. Dentro desta, posteriormente foi criado um Comitê de Arquivos que reuniu principalmente diretores de instituições arquivísticas e arquivistas da América Latina e Estados Unidos (Primera Reunión [...], 1947).

O Comitê de Arquivos do IPGH, por seu turno, reuniu-se pela primeira vez em setembro de 1950, em Havana, Cuba. Na oportunidade, atores do cenário arquivístico regional como Eugênio Vilhena de Moraes (Brasil), Joaquín Llaverías (Cuba), Solon Justus Buck (EUA), Wayne Groover (EUA) Enrique Ortega Ricaurte (Colômbia), Gunnar Mendoza (Bolívia), José Luis Coto Conde (Costa Rica), Ricardo Donoso (Chile) e Phillip Brooks (EUA) se reuniram para discutir 1) Uma definição de “arquivo histórico”; 2) A capacidade dos arquivos latino-americanos servirem aos programas de pesquisa propostos pela Comissão de História do IPGH; 3) A legislação arquivística existente, sugerindo-se uma uniformização, dentre outros temas (Primera Reunión [...], 1950).

Apesar de ser identificável uma frequência nas reuniões do referido Comitê, o grau de avanço nas propostas deste primeiro encontro de Havana ao longo da década de 1950 ainda prescinde de um *corpus* evidenciário que suporte maiores análises. Não obstante a isto, somou-se à atuação dos órgãos estudados até o momento também as ações empreendidas pelo National Archives and Records Service (NARS) dos Estados Unidos.

A instituição arquivística fundada em 1934, tornou-se a principal coordenadora da gestão de documentos na administração pública norte-americana a partir de 1949, quando foi subordinada ao General Services Administration (Jones, 1969). Neste novo

esquadro burocrático, a década de 1950 presenciou o envio de muitos especialistas do NARS para países aliados com vistas ao estabelecimento de programas de gestão de documentos inspirados no modelo estadunidense.

Assim, cabe destacar o alinhamento desta postura do NARS com o Programa das Quatro Pontas, o “plano Marshall dos pobres” na analogia de Tota (2017), uma estratégia política que, dentre outros aspectos adotava a difusão de conhecimento técnico-científico estadunidense para contrapor o imperialismo europeu e a ameaça da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) no embate geopolítico. Um dos arquivistas responsáveis pela elaboração do ciclo vital de documentos, Phillip Brooks, por exemplo, instruiu o governo panamenho acerca da planificação da gestão de documentos e atribuiu ao seu projeto o mérito de promover a economia de recursos no serviço público do Panamá, mas também observou a importância política de sua estadia como uma das ferramentas para “combater diretamente as condições encorajadoras do comunismo” (Brooks, 1955, pp. 151, tradução nossa).

Neste cenário de envio de ajuda técnica para países aliados, T.R. Schellenberg também assumiu um papel de destaque. O arquivista norte-americano fulgurou com uma das personalidades de destaque do NARS a partir da publicação de notas técnicas com uma perspectiva comparativa entre as práticas arquivísticas estadunidenses e europeias, assim em 1956 obteve uma bolsa *Fullbright* que permitiu sua viagem para a Austrália, local onde começa a produzir os primeiros rascunhos da obra “Arquivos modernos: princípios e técnicas” (Alexander & Sandanger, 1991).

Também é a partir de 1956 que o vínculo de Schellenberg com a América Latina se torna ainda mais estreito, afinal o mesmo foi selecionado para integrar o *Working Group on Inter-American Cultural Cooperation* do Departamento de Estado dos EUA. Além disto, outro aspecto que também corroborou para uma inclinação do olhar de T.R. Schellenberg para a América Latina foi a tradução de “Arquivos modernos” para língua espanhola publicada com suporte do IPGH e da Fundação Rockefeller em 1958 e executada pelo arquivista mexicano Manuel Carrera Stampa (Alexander & Sandanger, 1991; De La Torre, 1958).

Oportuno pontuar que não obstante à ascensão do pensamento de Schellenberg em instâncias arquivísticas latino-americanas, as percepções de alguns membros do *staff* do NARS sobre o arquivista sugeriam conflitos internos, por exemplo quando Robert Bahmer (Bahmer, 1985, pp. 15, tradução nossa) opinou que o autor de “Arquivos Modernos” era “um homem muito inteligente, que tinha muito talento, mas era um “nazi” em sua filosofia”.

Independente disto, Pardo (1980) afirma que T.R. Schellenberg empregou uma série de viagens a países da América Latina como Argentina, Brasil, Uruguai, Chile e outros no final da década de 1950 a partir de patrocínio da Fundação Rockefeller. Ainda de acordo com Pardo (1980), muitas destas visitas produziram relatórios sobre a situação arquivística desses países, mas principalmente serviram para que o arquivista estadunidense mantivesse contato com os participantes da Primeira Reunião Interamericana de Arquivos.

Schellenberg foi o autor da proposta do evento na IV Reunião de Consulta da Comissão de História do IPGH realizada em Cuenca, Equador, em 1959. Nesta oportunidade foram destacados como membros do comitê organizador: Roscoe Hill (EUA), José Honório Rodrigues (Brasil), Roberto Etchepareborda (Argentina) e Gunnar Mendoza (Bolívia) e, posteriormente documentos como a Declaração de Princípios e o Glossário de Termos Arquivísticos foram circulados dentre o rol de possíveis participantes do encontro (De La Torre Villar, 1958, p. 519).

Contudo, efetivamente a realização da PRIA em termos materiais se deve ao aporte de U\$ 40.700 subsidiados pela Fundação Rockefeller sob a rubrica de “projetos especiais”, conforme relatório de atividades do ano de 1960 da entidade, cuja Diretoria de Humanidades à época ficou a cargo de John Parker Harrison, um ex-funcionário do NARS (Rockefeller Foundation, 1960).

Após os ressaltar elementos históricos que contribuíram para a construção de um cenário no qual a Primeira Reunião Interamericana de Arquivos se tornou possível, torna-se válido compreender a situação das instituições arquivísticas brasileiras participantes do evento.

3. Contexto nacional precedente à PRIA: cenários do Arquivo Nacional e do Arquivo Público do Estado da Bahia

A instituição arquivística nacional brasileira foi fundada em 1838 e disputou parte do protagonismo pela memória nacional neste século com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), chegando aos anos 1900 com dificuldades de composição de seu acervo e sob um cenário de prestação de novos serviços à administração pública. Sobre este último tópico, por exemplo, pode-se indicar a gerência de privilégios industriais e o registro de patentes. Neste último aspecto, Venancio (2013) observa que “Uma das razões do afastamento do Arquivo Nacional em relação à administração pública, justamente quando ela se renovava, deveu-se às próprias mudanças internas que estavam ocorrendo na instituição arquivística, em razão da crescente adoção de um modelo de arquivo histórico” (Venancio, 2013, pp.74).

Um dos atores responsáveis por esta conversão da instituição ao modelo de arquivo histórico foi a gestão de Eugenio Vilhena de Moraes (1938-1958). Ao investigar a administração de Vilhena de Moraes, Barbatho (2018) afirma que a concepção institucional impressa pelo historiador no Arquivo Nacional foi a de um centro de atividade técnica para o fomento de pesquisas históricas, enquanto que Santos (2018) observou um descompasso entre a atuação do AN nesta época e os primeiros esforços para constituição da carreira de arquivista no serviço público.

Assim, José Honório Rodrigues (1958-1964) afirma ter se deparado com uma repartição “obsoleta” (Rodrigues, 1959) ao assumir a direção da principal instituição arquivística do país após a saída de Moraes, constatando uma deficiência de pessoal técnico e suporte legislativo adequado para o desempenho de um papel moderno de arquivo público.

O historiador carioca que havia sido chefe da Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, chegou ao AN por intermédio de Vitor Nunes Leal, chefe da Casa Civil do governo de Juscelino Kubstichek (1956-1961), após recusar a cadeira de “Introdução aos Estudos Históricos” na Universidade de São Paulo. Sobre a sua formação enquanto historiador e usuário-observador dos arquivos Rodrigues certa vez destacou que:

(...) **minha educação - e eu gostaria de enfatizar isso - foi uma educação anglo-americana.** Isto foi muito diferente do treinamento de outros professores brasileiros da minha geração, a maioria deles estiveram sob influência francesa, isso quando eles não eram diretamente treinados pelos franceses (...) Quando eu visitei arquivos e bibliotecas na Europa depois, eu podia ver claramente a diferença destas, então eu sempre disse aos meus alunos “Se você não conhece as bibliotecas e arquivos dos Estados Unidos, então você não conhece bibliotecas e arquivos, porque na Europa só existem caricaturas daquilo que arquivos e bibliotecas deveriam ser”. Sua organização e eficiência, o que não é uma questão de recursos, afinal a Europa é obviamente muito rica. **Acontece que eles não são tão bem organizadas e classificadas quanto aquelas que eu visitei e trabalhei nos Estados Unidos.** (Rodrigues, 1984, pp. 220, tradução e grifos nossos)

Neste sentido, considerando a imersão de Rodrigues no contexto estadunidense de sua época, torna-se válido destacar que a análise da correspondência de José Honório Rodrigues (1994; 2004) corrobora para a observação de um contato profícuo com muitos participantes do círculo de especialistas em arquivos que se formava paulatinamente ao redor do NARS, Fundação Rockefeller e IPGH, sendo inclusive este último a entidade a publicar obras honorárias em língua espanhola como “Brasil: Período Colonial” (1953) e *Historiografía del siglo XVI* (1957) (Rodrigues, 1984).

Já no Arquivo Público do Estado da Bahia, Luís Henrique Dias Tavares (1959-1969) se deparou com um cenário similar ao colega do Arquivo Nacional. No seu primeiro relatório de atividades após assumir a direção da instituição arquivística criada em 1890, Dias Tavares salientou a incompletude dos fundos custodiados pelo APEB, bem como o constante recolhimento de “documentação mal preparada” e, deste modo, Tavares sublinhou nesta oportunidade que este conjunto de documentos:

(...) ainda é necessária para os seus serviços correntes, (processos de prestação de contas enviados pelo Tribunal de Contas, “para arquivamento”, e depois solicitadas, etc.) e que não têm a marca de uma triagem lógica e inteligente. O resultado desta norma, em anos e anos de erros acumulados, é a quase impossibilidade de se fazer hoje, do Arquivo Público, um verdadeiro Arquivo, retirando-o do que ainda é; um depósito de documentos que ele próprio desconhece. (Arquivo Público..., 1960, pp.2)

O historiador baiano obteve os títulos de bacharelado e licenciatura em Geografia e História através da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade da Bahia em 1951, de onde também obteve o doutorado através de concurso de Livre Docência em 1961, no qual defendeu tese intitulada “O movimento Revolucionário Baiano de 1798” (Matos, 2018). Para Tavares, demonstrava-se fundamental nos momentos iniciais de sua condução do órgão da Quinta do Tanque a mudança regimental do APEB, bem

como a implantação de formação de nível superior para o pessoal destinado ao labor no arquivo.

Assim, pontuados os principais elementos que caracterizaram o cenário das instituições arquivísticas brasileiras participantes da PRIA, torna-se oportuno compreender as discussões do evento, as resoluções produzidas e seus impactos nas gestões de José Honório Rodrigues e Luís Henrique Dias Tavares.

4. Discussões durante o evento e reflexos das medidas da PRIA no Brasil

Com os trabalhos iniciados em 9 de outubro de 1961, constituíram-se como elementos fundamentais da PRIA a apresentação e distribuição de trabalhos especializados na área para os mais de 50 participantes de 19 países que se fizeram presentes em Washington para este evento. Além disto foram elaborados Grupos de Trabalho que cobriam áreas temáticas como classificação arquivística; descrição arquivística; transcrição paleográfica; a elaboração coletiva de instrumentos de pesquisa; o desenvolvimento de legislação arquivística, dentre outros temas (Schellenberg, 1962b).

Das 23 resoluções propostas no conclave, analisando-se os reflexos nas realidades do Arquivo Nacional e do Arquivo Público do Estado da Bahia, percebe-se a predominância da influência de duas em especial: a resolução nº4 que trata da Declaração de Princípios e a resolução nº14 que converge sobre legislação arquivística.

A Declaração de Princípios consistiu em um documento basilar para ser divulgado aos governos dos países signatários com vistas à valorização de arquivistas e arquivos, mas principalmente de instituições arquivísticas, de modo que estas tivessem um respaldo técnico-científico de caráter internacional para o desempenho de autoridade no que se refere à eliminação de documentos. Schellenberg traz o texto da Declaração na íntegra ao divulgar a PRIA na Revista do Archivo Nacional da Costa Rica (Schellenberg, 1962b, tradução nossa):

Documentos, ambos públicos ou privados são fontes primárias de informação para o progresso político, social e econômico de uma nação. Eles constituem uma parte importante do seu patrimônio cultural;

Documentos públicos são propriedade do povo e são administrados pelo governo através de delegação de autoridade do povo. Eles não devem ser alienados da custódia pública por ninguém, e, quando considerados inúteis eles devem ser eliminados somente com a aprovação das autoridades arquivísticas;

Arquivos são instituições especificamente equipadas para preservar, organizar e manter os documentos de arquivo que não são mais necessários para propósitos correntes;

Arquivos desempenham uma missão indispensável para todas as sociedades e a nenhuma outra instituição deverá confiada esta missão;

Arquivistas são indivíduos treinados profissionalmente especificamente incumbidos das funções de preservação, organização e manutenção de documentos de arquivo, ambos, públicos e privados e em instituições arquivísticas;

Arquivistas devem desempenhar seus deveres de maneira responsável, e não de acordo com predileções pessoais, mas de acordo com técnicas profissionais e objetivos da profissão arquivística;

Governos, em relação às instituições arquivísticas tem o dever de provê-las com todos os recursos necessários para desempenharem suas funções específicas;

Governos, em relação aos arquivistas têm a responsabilidade de provê-los treinamento e ascensão de sua profissão a um nível digno, comensurado a sua missão social;

Cidadãos têm a responsabilidade de demandar dos seus governos que suas instituições arquivísticas e arquivistas tenham um desempenho fiel das funções de preservação, organização e manutenção dos acervos arquivísticos, e, estender a eles o suporte necessário para o desempenho dessas funções de forma eficiente.

Washington D.C., 26 de outubro de 1961. (p. 128)

Por sua vez, a resolução n.º 14 introduz uma série de elementos que os participantes da PRIA acreditavam que deveriam ser comuns a todas as leis de arquivo dos países da América Latina, na medida em que foi constatado que muitos dos problemas dos arquivos latino-americanos eram compartilhados. Estabelece-se que os textos legislativos deveriam conter:

- a) uma definição clara dos fundos documentais que os arquivos terão ao seu alcance;
- b) a aquisição permanente e sistemática, com entregas periódicas em interstícios não maiores que 30 anos;
- c) aspectos que coordenassem os dispositivos legais referentes aos arquivos e à gestão de documentos nos escritórios, dando aos arquivos nacionais as funções de fiscalização e assessoramento;
- d) a previsibilidade do estabelecimento de arquivos intermediários dependentes dos arquivos nacionais, nos quais se operaria a avaliação de documentação inativa;
- e) o reconhecimento as instituições arquivísticas como autoridade para recolher arquivos de origem privada;
- f) meios de se fazerem efetivas as medidas contra a inalienabilidade dos fundos custodiados por arquivos públicos;
- g) a manutenção de normas liberais sobre o acesso aos fundos por parte de investigadores e outros interessados;
- h) a equiparação da remuneração de arquivistas com a de profissionais semelhantes, também se dando preferência para contratação de arquivistas diplomados;
- i) o estabelecimento de um Centro Nacional de Informação Documental para o intercâmbio de informações, fichas e cópias de documentos sobre a comunidade interamericana. (Schellenberg, 1962b, pp.148-149, tradução nossa)

Assim, as recomendações da PRIA foram ao encontro do grande desafio de transferir grande parte da máquina pública brasileira e seus arquivos do Rio de Janeiro para Brasília. Durante o governo de Jânio Quadros (1961-1961), foram instituídos os decretos

48936, de 14 de setembro de 1960, e 50614, de 18 de maio de 1961, que formalizavam grupos de trabalho com representantes do AN, dos ministérios e da Presidência da República para tratar da interface arquivística da mudança de capitais. Entretanto, é apenas a partir da Portaria n.316-b, de 7 de novembro de 1961, emitida pelo Ministério da Justiça, que se cria a Comissão Nacional de Arquivos, composta por: José Honório Rodrigues, Augusto Rezende Rocha, Maria Luiza Stallard Dannemann, Maria de Lourdes da Costa e Souza e Ruy Vieira da Cunha (Souza & Danneman, 1972).

O anteprojeto entregue por esta última comissão em 1962 se constituiu na primeira tentativa de garantir bases jurídicas para um sistema nacional de arquivos. Neste sentido, conforme mencionado anteriormente, considerando a tramitação de muitos documentos relativos à PRIA e elaborados por Schellenberg a partir de 1959, torna-se possível observar influências diretas do evento de Washington nos seguintes artigos: o artigo 1º, quando define o que compõe os fundos que serão custodiados pelo AN, aproxima-se da recomendação “a)” da Resolução n.º 14; o artigo 3º, ao mencionar a proteção do documento público por parte do Estado como maneira de acautelar direitos individuais, se relaciona com a Declaração de Princípios quando esta sublinha que os documentos públicos são propriedade do povo e, por delegação do povo, os administra o governo; o artigo 6º, ao pontuar sobre a impossibilidade de destruição de documentos públicos sem prévia autorização do AN, relaciona-se com a Declaração de Princípios ao destacar o mesmo tópico; o artigo 15º, que define a criação de Agências Regionais do AN com responsabilidades de arquivos intermediários, possivelmente é tributário da recomendação “c)” da Resolução n.º 14; o artigo 21º, ao definir a aquisição sistemática em períodos de 30 anos, assemelha-se à recomendação “b)” da Resolução n.º 14; o artigo 80º, ao estabelecer o livre acesso aos arquivos, pode ter sido uma reinterpretação da recomendação “f)” da Resolução n.º 14; e, por fim, o artigo 84º, que prevê a criação da Escola Nacional de Arquivística (ENA), pode ter sido inspirado no trecho da Declaração que observa a necessidade de treinamento adequado e fornecido pelo governo para o exercício da profissão arquivística (Souza & Danneman, 1972).

Já no caso do Arquivo Público do Estado da Bahia, observa-se esforço semelhante ao do AN em sua respectiva esfera de atuação. Apesar de estar desde 1959 tramitando nas instâncias legislativas do Estado, um novo regimento para a instituição arquivística estadual só seria consubstanciado em 1967, através do Decreto Estadual n.º 20293, de 14 de agosto de 1967 (Governo do Estado da Bahia, 1967). Não obstante às alterações na proposta original de Tavares após quase 10 anos de entraves burocráticos, o texto legitimado em 1967 é inovador em muitos aspectos e também possibilita o vislumbre as influências das resoluções supramencionadas da PRIA.

O Decreto seguiu a tradição do seu equivalente do AN em definir logo em seu primeiro artigo a definição dos fundos que serão custodiados pelo APEB, bem como inserindo a ideia de previsibilidade do recolhimento ao Arquivo, exatamente como a recomendação “a)” da Resolução n.º 14. Posteriormente, no art.2º surge na estrutura da instituição arquivística a figura dos denominados “Arquivos Regionais do Estado”, unidades administrativas similares às “Agências Regionais” do texto do AN e provavelmente inspiradas na recomendação “c)” da Resolução n.º 14 e, não obstante a isto, observa-se a

previsão de um “Curso de Arquivo” cujo ementário seria aprovado pelo Diretor do APEB e se aproxima da ideia da ENA no Anteprojeto do Arquivo Nacional, sendo ambas possivelmente reflexos da Declaração de Princípios, quando esta recomenda a formalização da formação arquivística sob as custas do governo.

Diante disso, é possível notar uma influência clara das resoluções analisadas em esforços por uma legislação arquivística no Brasil, tanto no âmbito Nacional, como no contexto do estado da Bahia. Destacam-se especialmente as iniciativas referentes ao estabelecimento de prazos de recolhimento para as instituições arquivísticas e a pretensão de se criarem arquivos intermediários nestes diferentes cenários institucionais.

5. Considerações Finais

Analisando-se o contexto internacional que precede a PRIA foi possível perceber que o enquadramento geopolítico da Guerra Fria foi decisivo para o aumento das vias institucionais de difusão do conhecimento arquivístico para que este pudesse ser utilizado para a transformação da situação dos arquivos latino-americanos, momento no qual as ações de NARS, IPGH, Fundação Rockefeller e do Departamento de Estado dos Estados Unidos convergiram na organização do evento de Washington.

Neste contexto, tratando-se especificamente das instituições arquivísticas brasileiras participantes, o Arquivo Nacional e o Arquivo Público do Estado da Bahia presenciaram uma tônica de fragilidade, na medida em que seus respectivos textos legais predecessores não garantiram aspirações como a previsibilidade de treinamento específico para formação de arquivistas, sistematicidade no recolhimento, normas liberais de acesso aos arquivos, a autoridade dos arquivos públicos sobre a eliminação de documentos e a possibilidade de coordenarem o manejo dos documentos mais próximos do produtor através da figura das “Agências regionais” ou “Arquivos regionais” com papéis de arquivos intermediários.

Não obstante ao fato do Anteprojeto para o Sistema Nacional de Arquivos do Arquivo Nacional não ter sido de fato aprovado via decreto ou lei e o Decreto Estadual n.º 20293, de 14 de agosto de 1967 ter sido em alguma medida esvaziado das ideias originalmente pensadas por Tavares em 1959, ambos se tornam uma fotografia de como influências teóricas estadunidenses, difundidas a partir da PRIA, disseminaram-se no Brasil e auxiliaram na demarcação, ainda que no campo das ideias, da autoridade que se espera de uma instituição arquivística na orquestração da gestão de documentos e no controle da eliminação de documentos públicos.

Finalmente, a pesquisa contribuiu para pesquisas futuras a partir da observação de uma latente contemporaneidade da Declaração de Princípios e da Resolução n.º 14 que podem também fundamentar análises contemporâneas acerca da execução prática da legislação arquivística que temos nos dias hoje.

Referências

- Alencar, P. J. V. de. (2021). *A Primeira Reunião Interamericana de Arquivos e sua influência no desenvolvimento teórico-prático da Arquivologia brasileira* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação]. Repositório Institucional da UFF. <https://app.uff.br/riuff/handle/1/22714>
- Alexander, P. & Sandager, E (1991). *The Alienated Archivist: T.R. Schellenberg's Ventures Overseas, 1954-1965*. In: LV Annual Conference of The Society of American Archivists, Montreal, n.p.
- Arquivo Público do Estado da Bahia (1960, 19 de janeiro). *Relatório de Atividades do Exercício de 1959*. Fundo do Arquivo Público do Estado da Bahia (BAAPEB), Arquivo Público do Estado da Bahia, Salvador, Brasil.
- Bahmer, R. (1985). *Oral History Interview / Interviewed by Rodney A. Ross*. National Archives and Records Administration Records Group. Records Group 64. National Archives Identifier - 7788388. <https://catalog.archives.gov/id/7788388>
- Barbatho, R. R. G. (2018). *O Arquivo Nacional no Estado Novo: a gestão de Eugênio Vilhena de Moraes entre 1938 e 1948* [Tese de doutorado]. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em História.
- Brooks, P. (1955). Archival heritage meets Modern Records in Panama. *The American Archivist*, 18(2), 151-159. <https://americanarchivist.org/doi/abs/10.17723/aarc.18.2.w5512131t48216t4>
- Coombs, P. H. (1964). *The Fourth Dimension of Foreign Policy: educational and cultural affairs*. Harper & Row Publishers Incorporated.
- Cortés Alonso, V. (1981). Balance de veinte años de cooperación archivística iberoamericana. *Boletín de ANABAD*, XXXI (3), 395-414. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=965342>
- Decreto nº 20293, de 14 de agosto de 1967 [Governo do Estado da Bahia]. Aprova Regimento do Arquivo do Estado da Bahia e dá outras providências. Arquivo Público do Estado da Bahia. Fundo do Arquivo Público do Estado da Bahia (BAAPEB), Salvador, Brasil.
- De La Cruz, L. M. H. (2011). El cincuenta aniversario del primer congreso interamericano de archivos (PRIA). *Revista del Archivo Nacional*, 75(s.n.), 43-48. <http://www.dgan.go.cr/ran/index.php/RAN/article/view/168>
- De La Torre Vilar, E. (1958). La Cuarta Reunion Panamericana de Consulta de la Comission de Historia. *Revista de História de América*, 45 (Enero-junio), 519-522. https://bibliotecas.inah.gob.mx:8092/REHIAM_00_0045.html
- Espinosa, M. J. (1976). *Inter-American Beginnings of U.S. Cultural Diplomacy, 1936-1948*. Washington: Department of State Historical Studies.
- Jones, H. G. (1969). *The records of a nation: their management, preservation and use*. Atheneum.
- Matos, M. T. N. de B. (2018). Governança e arquivos: a gestão Luís Henrique Dias Tavares no Arquivo Público do Estado da Bahia (1959-1969). *Revista*

- Brasileira de História*, 38 (78), 147-166. http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882018000200147&script=sci_abstract&tlng=pt
- Oporto Ordóñez, L. & Echeverría Molina, G. (2011). Primera Reunión Interamericana sobre Archivos: a 50 años de las bases constitutivas de la Archivística iberoamericana. *Fuentes*, 5(16), 36-50. http://www.revistasbolivianas.org.bo/scielo.php?pid=S1997-44852011000500006&script=sci_arttext
- Papers of John F. Kennedy. Presidential Papers. President's Office Files. Speech Files (1961). *Remarks to Inter-American Archival Seminar, 24 October 1961*. John F. Kennedy Library. <https://www.jfklibrary.org/asset-viewer/archives/JFKPOF/036/JFKPOF-036-006>
- Pardo, T. C. (1980). Archival classics and classicists: an overview. *The Primary Source*, 2(3), 13-24. <https://aquila.usm.edu/cgi/viewcontent.cgi?referer=https://www.google.com/&httpsredir=1&article=1017&context=theprimarysource>
- Primera Reunión de Consulta de la Comisión de Historia (18 a 27 de octubre 1947) (1947). *Boletín Bibliográfico de Antropología Americana*, 10, 3-5. <http://www.jstor.org/stable/40977702>
- Primera Reunión Interamericana del Comité de Archivos, 18-25 septiembre de 1950 (1950). *Havana: Instituto Panamericano de Geografía e Historia*. <https://obtienearchivo.bcn.cl/obtienearchivo?id=documentos/10221.1/58924/1/212884.pdf&origen=BDigital>
- Rockefeller Foundation (1960). *The Rockefeller Foundation Annual Report, 1960*. Rockefeller Archive Center.
- Rodrigues, J. H. (1959). *A situação do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.
- Rodrigues, J. H. (1984). *An Interview with José Honório Rodrigues / Interviewed by John D. Wirth & Thomas Lyle Whigham*. *The Hispanic American Historical Review*, 64 (2), 217-232. <http://www.jstor.org/stable/2514515>
- Rodrigues, L. B. (org.) (2004). *Nova correspondência de José Honório Rodrigues*. Academia Brasileira de Letras.
- Rodrigues, L. B. (org.) (1994). *José Honório Rodrigues: um historiador na trincheira*. Civilização Brasileira.
- Santos, P. R. E. (2018). A institucionalização da arquivologia no Brasil e a reforma administrativa no primeiro governo Vargas (1935-1945). *Revista Brasileira de História*, 38 (78), 121-146. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S010201882018000200121&lng=en&nrm=iso&tlng=pt
- Schellenberg, T. R. (1962). Inter American archival seminar. *Archivalische Zeitschrift*, 58, (s.n.), 138-145. <https://www.degruyter.com/view/journals/az/58/jg/article-p138.xml>
- Schellenberg, T. R. (1962). Primera Reunión Interamericana sobre Archivos: informe final, resoluciones aprobadas y otros documentos. Washington, D. C., octubre 9-27 de 1961. *Revista del Archivo Nacional de Costa Rica*, 26 (1-6), 112-156. <http://www.dgan.go.cr/ran/index.php/RAN/article/view/407>
- Souza, M. de L. da C. & Dannemann, M. L. S. (1972) Sistema Nacional de Arquivos. In Congresso Brasileiro de Arquivologia, *Anais do I Congresso Brasileiro de Arquivologia*,

realizado no Rio de Janeiro, 15 a 21 de outubro de 1972 (pp. 31-64). Associação dos Arquivistas Brasileiros.

Tanodi, A. (1987). La situación de los archivos iberoamericanos. *Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas*, 24, 41-109. <https://www.degruyter.com/view/j/jbla.1987.24.issue1/jbla.1987.24.1.41/jbla.1987.24.1.41.xml>

Tota, A. P. (2017). Um Plano Marshall para os pobres ou os caminhos da modernização brasileira. *Revista USP*, s.v. (115, out.-dez.), 69-77. <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/144204>

Venancio, R. P. (2013). Uma trajetória interrompida: o Arquivo Nacional na legislação republicana, 1889-1937. *Acervo*, 26 (2), 59-76. <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/43096>